

POLÍTICAS COMO CONTEXTO DOS DOCUMENTOS DO ACERVO

Os documentos que vieram da Presidência da República quando do término do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso representam, ainda que de modo fragmentário, as políticas desenvolvidas ao longo de seu governo. A qualificação de tais políticas, coerente com o modelo funcional adotado no projeto descritivo do acervo, levou em conta as áreas de atuação e as competências dos órgãos que, no período de 1995 a 2003, ficaram encarregados da gestão do Estado brasileiro.

Nesses oito anos, o governo federal conheceu distintas configurações, estabelecidas, fundamentalmente, pelos seguintes dispositivos legais:

- Lei n. 8.490, de 19 nov. 1992 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.
- Lei n. 9.649, de 27 maio 1998 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.
- Medida provisória n. 2.143-36, de 24 ago. 2001 - Altera dispositivos da Lei n. 9.649, de 27 maio 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.

As definições das políticas fazem referência aos organismos que delas se encarregaram, utilizando os anos de 1998 e 2001 para assinalar, sempre que necessário, as mudanças institucionais ocorridas no período.

Política administrativa

Conjunto de ações governamentais voltadas para os procedimentos de gestão que viabilizam o funcionamento das repartições públicas em geral (recursos materiais e humanos).

Organismos de referência: todos aqueles que, independentemente da área de atuação, desempenham atividades-meio no âmbito do poder executivo federal; Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (de 1998 a 2001); Ministério do Planejamento e Orçamento (de 1998 a 2001); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (desde 2001).

Política agrária

Usar **Política fundiária**.

Política agropecuária

Conjunto de ações governamentais voltadas para produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos dos elementos resultantes da agricultura, pecuária, pesca e heveicultura; para a defesa sanitária animal e vegetal; para programas relativa ao café, açúcar e álcool; para o estímulo ao cooperativismo e associativismo rural; e para a promoção de assistência técnica e aos diferentes produtores.

Organismos de referência: Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (até 1998); Ministério da Agricultura e do Abastecimento (de 1998 a 2001); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (desde 2001); Conselho Nacional de Política Agrícola; Comissão Especial de

Recursos; Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira; Instituto Nacional de Meteorologia; Conselho Deliberativo da Política do Café (desde 2001)..

Política ambiental

Conjunto de ações governamentais voltadas para a preservação, conservação e utilização autossustentável dos ecossistemas e dos recursos hídricos; para desenvolver programas para a Amazônia legal; e para promover zoneamento ecológico.

Organismos de referência: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (até 1998); Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (de 1998 a 2001); Ministério do Meio Ambiente (desde 2001); Conselho Nacional do Meio Ambiente; Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente (até 1996); Conselho Nacional da Amazônia Legal; Conselho Nacional de Recursos Hídricos; Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente; Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Política antidrogas

Conjunto de ações governamentais voltadas para o combate à produção, ao uso e ao tráfico de entorpecentes e substâncias ilícitas que provocam dependência.

Organismos de referência: Ministério da Justiça; Conselho Federal de Entorpecentes (até 2001)

Política arquivística

Conjunto de ações governamentais voltadas para a formulação de normas e procedimentos de gestão, avaliação, recolhimento, transferência, arranjo e descrição de documentos de arquivo.

Organismos de referência: Ministério da Justiça (até 2001); Casa Civil (desde 2001); Arquivo Nacional.

Política de assistência social

Usar **Política social**.

Política de ciência e tecnologia

Conjunto de ações governamentais voltadas para a pesquisa científica e tecnológica; para o desenvolvimento da informática, da automação e da biossegurança; para a pesquisa espacial (desde 2001); para a pesquisa nuclear (desde 2001); e para o controle da exportação de bens e serviços sensíveis (desde 2001). Usar **Política espacial**, quando o documento for específico dessa área.

Organismos de referência: Ministério da Ciência e Tecnologia; Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações (até 1998); Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional de Informática e Automação; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Instituto Nacional de Tecnologia; Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; Centro de Tecnologia Mineral - CETEM (desde 2001).

Política de comunicações

Conjunto de ações governamentais voltadas para as telecomunicações, em geral, incluindo a radiodifusão; para o controle do espectro de radiofrequências; e para os serviços postais.

Organismos de referência: Ministério das Comunicações; Conselho Nacional de Comunicações (até 1998).

Política cultural

Conjunto de ações governamentais voltadas para iniciativas de valorização, produção e difusão de conhecimentos, tradições, crenças e comportamentos que definem e caracterizam a identidade de grupos sociais; para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; e para delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos (desde 2001).

Organismos de referência: Ministério da Cultura; Conselho Nacional de Política Cultural; Comissão Nacional de Incentivo à Cultura; Comissão de Cinema.

Política de defesa nacional

Conjunto de ações governamentais voltadas para a segurança interna e externa do país; para o adestramento das forças terrestres, marítimas e aéreas; e para a produção de material bélico.

Organismos de referência: Ministério da Aeronáutica (de 1998 a 2001); Ministério do Exército (de 1998 a 2001). Ministério da Marinha (de 1998 a 2001); Ministério da Defesa (desde 2001).

Política de direitos humanos

Conjunto de ações governamentais voltadas para a proteção de direitos básicos das pessoas, independentemente de raça, classe, nacionalidade, religião, cultura, profissão e gênero.

Organismos de referência: Ministério da Justiça; Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (desde 2001); Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão (até 1998); Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (desde 1998); Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (desde 2001).

Política econômica

Conjunto de ações governamentais voltadas para moeda, crédito, instituições financeiras, capitalização, poupança popular, seguros privados e previdência privada aberta; para administração, fiscalização e arrecadação tributária e aduaneira; para movimentação financeira, controle interno, auditoria e contabilidade públicas; para gestão das dívidas públicas interna e externa; para negociações econômicas e financeiras com governos, organismos multilaterais e agências governamentais; para preços em geral e tarifas públicas e administradas; para preços em geral e tarifas públicas e administradas; e para realização de estudos e pesquisas com vistas ao acompanhamento da conjuntura econômica.

Organismos de referência: Ministério da Fazenda; Conselho Monetário Nacional; Conselho Nacional de Política Fazendária; Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; Conselho Nacional de Seguros Privados; Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de

Previdência Privada Aberta e de Capitalização; Conselho de Controle de Atividades Financeiras; Câmara Superior de Recursos Fiscais; Comissão de Coordenação de Controle Interno; 1º, 2º e 3º Conselhos de Contribuintes; Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE; Comitê Brasileiro de Nomenclatura; Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Escola de Administração Fazendária; Junta de Programação Financeira (até 2001).

Política educacional

Conjunto de ações governamentais voltadas para o desenvolvimento físico e intelectual de crianças, adolescentes e adultos; para a educação pré-escolar ou infantil; para a educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, ensino supletivo ou educação de jovens e adultos, educação tecnológica ou profissional, educação especial e educação à distância; para pesquisa e extensão universitária; para o magistério; e para a coordenação de programas de atenção integral a crianças e adolescentes (até 2001).

Organismos de referência: Ministério da Educação e do Desporto (até 2001); Ministério da Educação (desde 2001); Conselho Federal de Educação (até 1998); Conselho Nacional de Educação (desde 1998); Instituto Benjamin Constant; Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Política espacial

Conjunto de ações governamentais voltadas para a pesquisa do espaço interplanetário e da atmosfera; e para o lançamento de foguetes.

Organismos de referência: Ministério da Ciência e Tecnologia; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Política esportiva

Conjunto de ações governamentais voltadas para a prática de esportes individuais e coletivos.

Organismos de referência: Ministério da Educação e do Desporto (até 2001); Ministério do Esporte e Turismo (desde 2001); Conselho Superior do Desporto (até 1998).

Política fundiária

Conjunto de ações governamentais voltadas para a propriedade, a ocupação e o uso da terra; para a delimitação das terras indígenas; e para a demarcação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos (desde 2001). Substitui política agrária.

Organismos de referência: Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (até 1998); Ministério da Agricultura e do Abastecimento (de 1998 a 2001); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (desde 2001); Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária (desde 2001); Ministério da Cultura (desde 2001); Ministério da Justiça; Fundação Nacional do Índio - Funai.

Política de governo

Conjunto de ações governamentais de diversas áreas.

Política habitacional

Conjunto de ações governamentais voltadas para a moradia da população de baixa renda; e para os processos de urbanização em áreas que lhe são destinadas.

Organismos de referência: Ministério do Bem-Estar Social (até 1998); Secretaria de Habitação (até 1998); Ministério do Planejamento e Orçamento (de 1998 a 2001); Ministério da Integração Regional (até 1998).

Política de imigração

Conjunto de ações governamentais voltadas para o deslocamento de contingentes populacionais de uma região para outra; e para a regularização da situação de estrangeiros em busca da cidadania brasileira. Substitui política regional.

Organismos de referência: Ministério do Trabalho (até 2001); Ministério do Trabalho e Emprego (desde 2001); Conselho Nacional de Imigração; Ministério da Justiça; Departamento de Polícia Federal.

Política indígena

Conjunto de ações governamentais voltadas para a segurança e a saúde das comunidades indígenas.

Organismos de referência: Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; Fundação Nacional do Índio - Funai.

Política industrial

Conjunto de ações governamentais voltadas para as atividades de transformação de matérias-primas em produtos comerciáveis; para a propriedade industrial, as marcas e patentes; para a transferência de tecnologia nas indústrias; e para a metrologia, normalização e qualidade dos produtos.

Organismos de referência: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (até 2001); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (desde 2001); Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

Política de integração

Conjunto de ações governamentais voltadas para as relações com Estados e municípios; para a formulação de planos e programas regionais de desenvolvimento; e para o estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais. Substitui política regional.

Organismos de referência: Ministério da Integração Regional (até 1998); Ministério da Integração Nacional (desde 2001); Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste; Secretaria de Relações com Estados, Distrito Federal e Municípios; Secretaria de Desenvolvimento Regional; Secretaria de Desenvolvimento Urbano; Secretaria de Áreas Metropolitanas; Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste; Secretaria de Desenvolvimento da Região Sul; Conselho Administrativo da Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno; Conselho Deliberativo para Desenvolvimento da Amazônia; Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento do Nordeste; Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo.

Política judiciária

Conjunto de ações governamentais voltadas para a defesa da ordem jurídica, das garantias constitucionais e de direitos individuais, coletivos e sociais; para a proteção dos bens patrimoniais da União; e para a garantia da ordem econômica e dos direitos do consumidor.

Organismo de referência: Ministério da Justiça.

Política de minas e energia

Conjunto de ações governamentais voltadas para a prospecção geológica de recursos minerais e energéticos; para o aproveitamento da energia hidráulica; para a metalurgia; para os combustíveis derivados do petróleo; para a energia elétrica; e para a energia nuclear.

Organismo de referência: Ministério de Minas e Energia.

Política de obras hídricas

Conjunto de ações governamentais voltadas para o combate às secas e a implantação de infraestrutura hídrica; e para a formulação de um programa nacional de irrigação.

Organismos de referência: Ministério da Integração Regional (até 1998); Ministério da Integração Nacional (desde 2001),

Política orçamentária

Conjunto de ações governamentais voltadas para a previsão das receitas e fixação das despesas a serem realizadas durante determinado período

Organismos de referência: Presidência da República / Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação (até 1998); Ministério do Planejamento e Orçamento (de 1998 a 2001); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (desde 2001); Conselho Federal de Planejamento e Orçamento; Junta de Conciliação Orçamentária e Financeira.

Política penitenciária

Conjunto de ações governamentais voltadas para a administração dos presídios.

Organismos de referência: Ministério da Justiça; Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Política de planejamento

Conjunto de ações governamentais voltadas para a formulação de diretrizes e controle de gestão do poder executivo federal.

Organismos de referência: Presidência da República / Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação (até 1998); Ministério do Planejamento e Orçamento (de 1998 a 2001); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (desde 2001).

Política previdenciária

Conjunto de ações governamentais voltadas para a defesa do trabalhador e de seus dependentes em casos de doença, desemprego e velhice; para garantir aposentadorias, pensões, auxílios-desemprego e assistência aos trabalhadores

Organismos de referência: Ministério da Previdência Social (até 1998); Ministério da Previdência e Assistência Social (desde 1998); Conselho

Nacional de Seguridade Social; Conselho Nacional de Previdência Social; Conselho de Recursos da Previdência Social; Conselho de Gestão da Previdência Complementar; Conselho Gestor do Cadastro Nacional de Informações Sociais (até 2001); Inspeção-Geral da Previdência Social (até 2001).

Política regional

Usar **Política de integração**.

Política de relações exteriores

Conjunto de ações governamentais voltadas para a diplomacia internacional; para os serviços consulares; para as negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais com governos e entidades estrangeiras; para programas de cooperação internacional; e para apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e multilaterais.

Organismos de referência: Ministério das Relações Exteriores; Cerimonial; Secretaria de Planejamento Diplomático; Inspeção-Geral do Serviço Exterior; Secretaria-Geral das Relações Exteriores; Secretaria de Controle Interno; Instituto Rio Branco; missões diplomáticas permanentes; repartições consulares; Conselho de Política Externa; Comissão de Promoções.

Política salarial

Conjunto de ações governamentais voltadas para o controle dos valores com que se remuneram os trabalhadores contratados.

Organismos de referência: Ministério do Trabalho (até 2001); Ministério do Trabalho e Emprego (desde 2001).

Política de saneamento

Conjunto de ações governamentais voltadas para a melhoria das condições higiênicas de um lugar ou região, eliminando suas condições de insalubridade.

Organismos de referência: Ministério da Integração Regional (até 1998); Ministério do Bem-Estar Social / Secretaria de Saneamento (até 1998); Ministério do Planejamento e Orçamento / Secretaria de Saneamento (de 1998 a 2001).

Política de saúde

Conjunto de ações governamentais voltadas para o bem-estar físico e psíquico, individual e coletivo, da população; para a coordenação e fiscalização do Sistema Único de Saúde - SUS; para a formação de recursos humanos para a saúde (até 1998); para o controle sanitário de fronteiras e portos marítimos, fluviais e aéreos; para a vigilância de drogas, medicamentos e alimentos; e para a pesquisa científica e tecnológica na área.

Organismos de referência: Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde.

Política de segurança pública

Conjunto de ações governamentais voltadas para a garantia da tranquilidade dos indivíduos e da coletividade, prevenindo e reprimindo as contravenções.

Organismos de referência: Ministério da Justiça; Conselho Nacional de Segurança Pública; Departamento de Polícia Federal; Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Departamento de Polícia Ferroviária Federal.

Política social

Conjunto de ações governamentais voltadas para a assistência a crianças, adolescentes e idosos; para o desenvolvimento de programas de promoção humana, habitação e saneamento; para a radicação de migrantes internos; e para a habilitação de pessoas portadoras de deficiências e sua integração à sociedade. Substitui política de assistência social.

Organismos de referência: Ministério do Bem-Estar Social (até 1998); Ministério da Previdência e Assistência Social (desde 1998); Conselho Nacional de Serviço Social (até 1998); Conselho Nacional de Assistência Social (desde 1998); Secretaria de Habitação (até 1998); Secretaria de Saneamento (até 1998); Secretaria da Promoção Humana (até 1998); Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência ((até 1998); Conselho Gestor do Cadastro Nacional de Informações Sociais (desde 1998); Secretaria de Estado de Assistência Social (desde 2001).

Política trabalhista

Conjunto de ações governamentais voltadas para a geração de emprego e renda; para a modernização das relações empregatícias; para a fiscalização do trabalho e o estabelecimento de política salarial; para o estímulo ao desenvolvimento profissional; e para zelar pelas condições de segurança e salubridade no ambiente de trabalho

Organismos de referência: Ministério do Trabalho (até 2001); Ministério do Trabalho e Emprego (desde 2001); Conselho Nacional do Trabalho; Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Política de transportes

Conjunto de ações governamentais voltadas para a movimentação de pessoas e cargas por meios ferroviários, rodoviários, aeroviários e aquaviários; e para a marinha mercante, os portos e as vias navegáveis.

Organismos de referência: Ministério dos Transportes; Comissão Federal de Transportes Ferroviários - COFER (desde 1998).

Política tributária

Conjunto de ações governamentais voltadas para a fixação de impostos a serem arrecadados.

Organismo de referência: Ministério da Fazenda.

Política de turismo

Conjunto de ações governamentais voltadas para o incentivo às viagens a locais de interesse paisagístico, histórico e/ou cultural; e para a organização econômica das diferentes atividades turísticas.

Organismos de referência: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (até 2001); Ministério do Esporte e Turismo (desde 2001).